

23 de novembro de 2022

Censos 2021

CENSOS 2021 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DEFINITIVOS

O Instituto Nacional de Estatística divulga hoje, dia 23 de novembro de 2022, os Resultados Definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e do VI Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2021, referenciados a 19 de abril de 2021.

Com a divulgação destes resultados cumpre-se um dos objetivos fundamentais desta operação censitária: devolver à Sociedade um vasto conjunto de dados estatísticos que permitem melhorar o conhecimento do país, através da caracterização da população e do respetivo parque habitacional.

O Portal de Estatísticas Oficiais do INE disponibiliza uma área dedicada à divulgação dos Resultados Definitivos dos Censos 2021 com um conjunto diversificado de produtos de difusão, procurando ir ao encontro das necessidades dos diferentes utilizadores.

Censos 2021 – Principais tendências ocorridas em Portugal na última década

População

- O país registou um decréscimo populacional de 2,1% e acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território.
- Agravou-se o fenómeno de envelhecimento da população, com o aumento expressivo da população idosa e a diminuição da população jovem.
- Aumentou a representatividade da população divorciada e da população que vive em união de facto;
- A população estrangeira residente em Portugal cresceu 37%.
- O nível de escolarização da população aumentou de forma significativa, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós-secundário.

Agregados e núcleos familiares

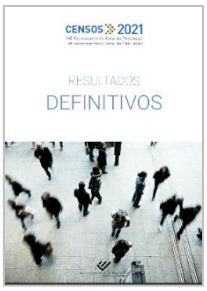
- A dimensão média dos agregados domésticos privados diminuiu e aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas.
- Crescimento do número de núcleos familiares monoparentais e de núcleos reconstituídos.

Habitação

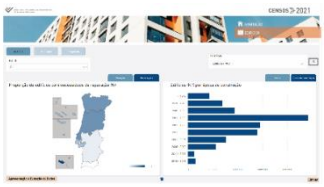
- Ligeiro crescimento dos edifícios e alojamentos destinados à habitação.
- Reforço da importância relativa da primeira habitação em detrimento das residências secundárias e dos alojamentos vagos.
- Aumento do arrendamento como regime de ocupação dos alojamentos.

ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

Produtos de divulgação dos Resultados Definitivos dos Censos 2021



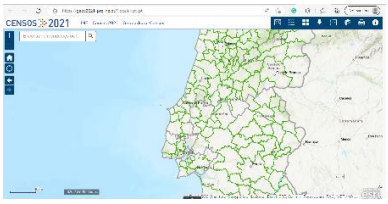
1. Publicação com a análise dos principais resultados dos Censos 2021, maioritariamente com desagregação a NUTS II. Pretende-se fornecer uma visão geral das principais características demográficas, socioeconómicas e habitacionais do país.



2. Plataforma de Divulgação - Censos 2021 Aplicação que permite a visualização e exploração dos principais indicadores dos Censos 2021 nos temas: População, Agregados e Núcleos Familiares e Habitação. Gráficos e mapas por NUTS II, Município e Freguesia. Os dados estão organizados pelos principais temas.



3. Indicadores estatísticos no portal do INE para as diferentes unidades estatísticas: População residente, Agregados, Núcleos familiares, Edifícios e Alojamentos. Possibilidade de extrair a informação em diversos formatos (até ao nível geográfico de freguesia).



4. GeoCensos aplicação geográfica que permite a visualização, em mapa, de um conjunto de dados tendo a Base Geográfica de Referenciação da Informação - BGRI 2021 (subsecção geográfica e a GRID 1000mx1000m).



5. Infografias Síntese ilustrativa de algumas temáticas censitárias: População, Agregados e núcleos familiares e Habitação.

O que nos dizem os Censos?

Principais tendências identificadas nos Censos 2021

Do vasto conjunto de informação disponibilizada pelos Censos 2021 que permite caracterizar o país nos seus diversos domínios, sintetizam-se, neste destaque, as principais tendências ocorridas em Portugal na última década.

POPULAÇÃO

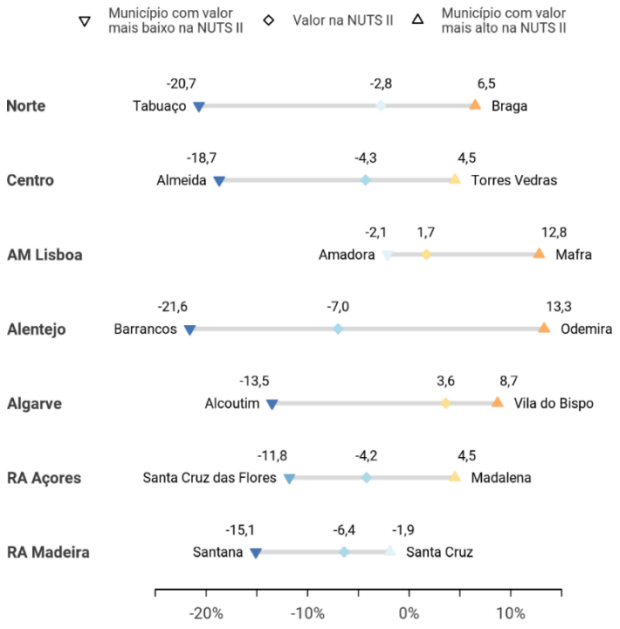
Portugal registou um decréscimo populacional de 2,1%, e acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território

Segundo os Resultados Definitivos dos Censos 2021, residiam em Portugal à data do momento censitário, dia 19 de abril de 2021, **10 343 066** pessoas (4 920 220 homens e 5 422 846 mulheres), o que representa um decréscimo de 2,1% face a 2011.

Este valor traduz uma inversão na tendência de crescimento da população a que se assistia nas últimas décadas e representa a segunda quebra populacional registada desde 1864, ano em que se realizou o I Recenseamento Geral da População. Em termos de série censitária, Portugal apenas tinha registado uma redução do seu efetivo populacional nos Censos de 1970, como resultado da elevada emigração verificada na década de 60.

Na última década, a região do Algarve (3,6%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%) registaram um crescimento populacional. Nas restantes regiões decresceu o efetivo populacional, com o Alentejo (-7,0%) e a Região Autónoma da Madeira (-6,4%) a observarem as descidas mais significativas.

Figura 1. Variação da população residente, 2011 - 2021, NUTS II (%)



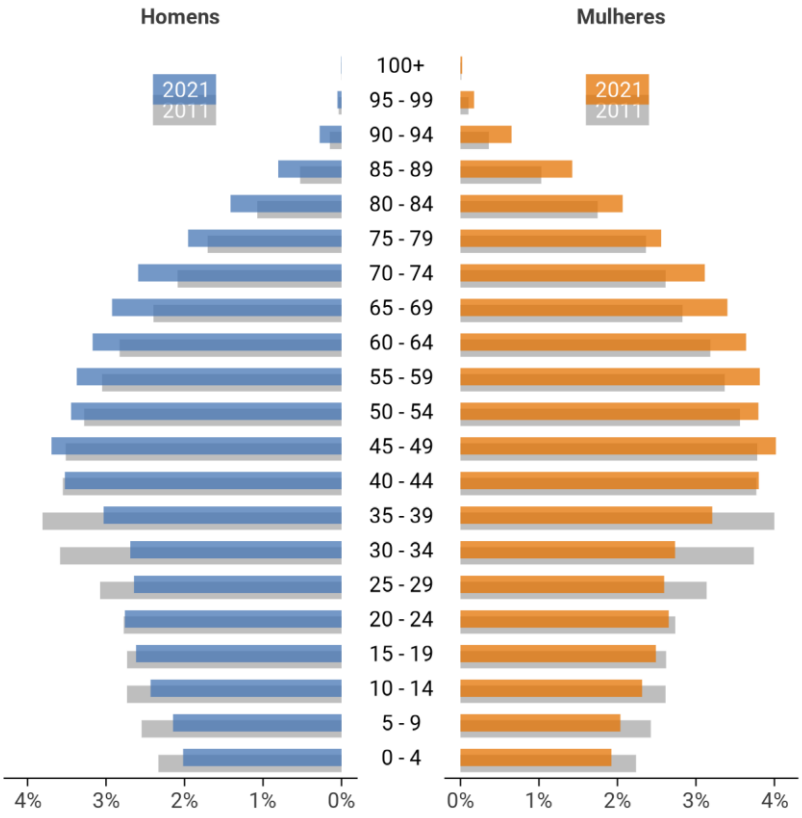
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

O padrão de litoralização do país e de concentração da população junto da capital foram reforçados na última década. Cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos que abrange uma área de apenas 1,1% do território. No outro extremo, representando também cerca de 20% da população, temos os 208 municípios menos povoados e que ocupam 65,8% da área do país.

Agravou-se o envelhecimento da população: reduziu-se a população jovem e aumentou a população idosa

A baixa natalidade e o aumento da longevidade que se verificou nas últimas décadas refletem-se na pirâmide etária correspondente aos Censos 2021 que, de 2011 para 2021, evidencia um estreitamento dos grupos etários da base e um alargamento nas idades mais avançadas.

Figura 2. População residente por grupo etário, 2011 - 2021 (%)



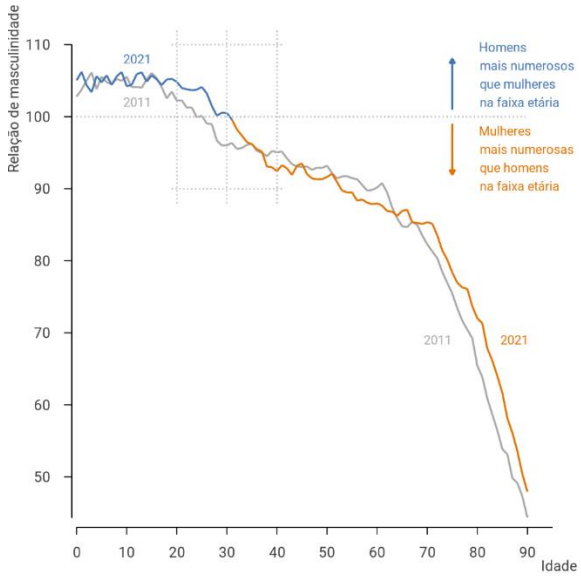
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Entre 2011 e 2021, em todos os escalões etários até aos 39 anos, assistiu-se a um decréscimo da população, com particular incidência no grupo dos 30 aos 39 anos. Em contrapartida, todos os grupos etários acima dos 44 anos aumentaram a sua importância relativa.

Em 2021, a percentagem de população idosa (65 e mais anos) representava 23,4% enquanto a de jovens (0-14 anos) era de apenas 12,9%.

Segundo os Censos 2021, a relação de masculinidade é de 91 homens por 100 mulheres. O número de homens é superior ao das mulheres nas idades até aos 30 anos, invertendo-se o rácio a partir dessa idade. Nas idades mais avançadas, o número de mulheres é claramente superior aos dos homens, reflexo dos maiores níveis de mortalidade da população masculina.

Figura 3. Relação de masculinidade, 2011 - 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, a idade média da população era de 45,4 anos, tendo aumentado em 3,1 anos face a 2011. O aumento da idade média foi transversal a todas as regiões NUTS II. Em 2021, os valores mais altos registavam-se no Centro (47,5 anos) e Alentejo (47,4 anos). A Região Autónoma dos Açores mantinha-se a região com a idade média mais baixa (41,7 anos).

O envelhecimento demográfico em Portugal, reflete-se nos vários indicadores demográficos:

Indicadores Demográficos	2021	2011
Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens)	182	128
Índice de rejuvenescimento da população ativa (população 20 a 29 anos por 100 pessoas com 55 a 64 anos)	76	94
Índice de sustentabilidade potencial (população 15 a 64 anos por 100 pessoas com 65 ou mais anos)	272	347

Entre 2011 e 2021 agravou-se a sustentabilidade e o rejuvenescimento da população ativa. O índice de rejuvenescimento da população ativa em 2021 é 76, significando que, potencialmente, por cada 100 indivíduos que saem do mercado de trabalho, apenas ingressam 76. Este valor era de 94 em 2011, valor já abaixo daquele que permite assegurar a reposição da população em idade ativa (considera-se que existe rejuvenescimento quando o valor deste índice é superior a 100).

Nos últimos 10 anos aumentou a importância relativa da população divorciada

Os Censos 2021 indicam que cerca de 43,5% da população residente em Portugal era solteira. O grupo da população com estado civil casado representa 41,0% sendo que as restantes categorias do estado civil, divorciado e viúvo, correspondiam a 8,0 % e 7,5%.

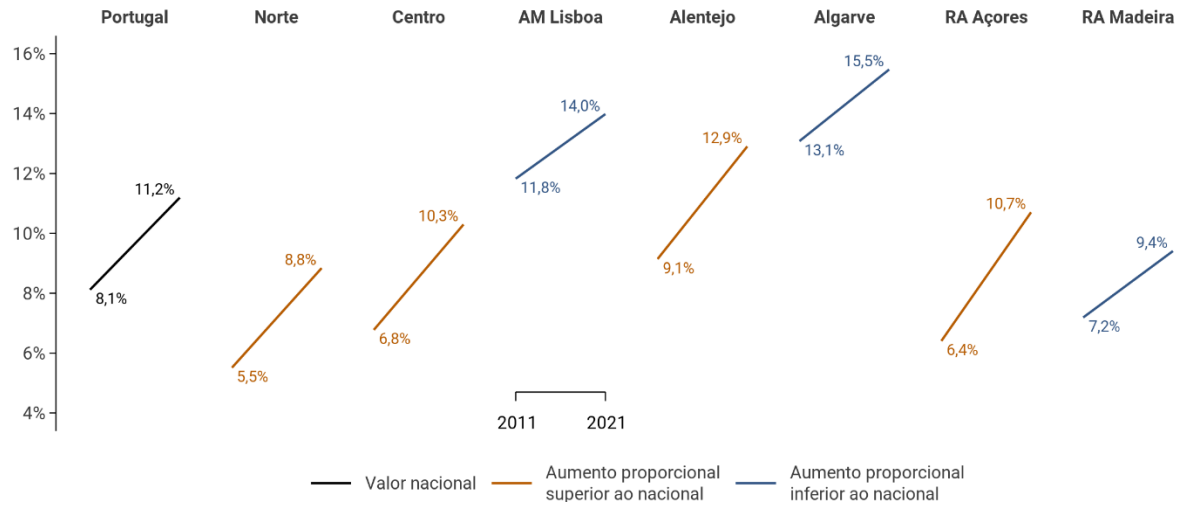
Face a 2011, as alterações mais significativas são a perda de importância relativa da população casada (em 2,1 pontos percentuais (p.p.), a par do reforço da população divorciada (2,0 p.p.). A população divorciada passa a ser superior ao valor da população com estado civil viúvo.

Aumento da proporção das uniões de facto nas formas de conjugalidade

De acordo com os Censos 2021, o número de indivíduos que vivia em união de facto era de 1 008 604, o que representa um crescimento de 38,2% face a 2011. Em 2021, a percentagem da população em união de facto era de 11,2%, valor que em 2011 se situava nos 8,1%.

Por regiões, era evidente uma dicotomia entre o Norte e o Sul, com as uniões conjugais por via da condição de união de facto a assumirem maior relevância a Sul. Algarve destaca-se como a região com a maior proporção de uniões de facto (15,5%) e a região Norte com a menor (8,8%).

Figura 4. População em união de facto, NUTS II, 2011 -2021, (%)



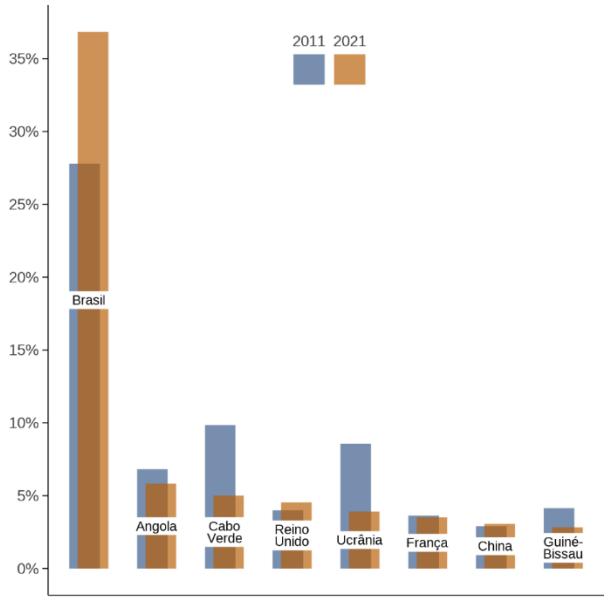
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

População de nacionalidade estrangeira aumentou na última década

À data da realização dos Censos 2021, residiam em Portugal 542 314 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representava 5,2% do total da população, valor superior aos 3,7% verificados em 2011.

A maior comunidade estrangeira residente em Portugal era a brasileira, com 199 810 indivíduos (cerca de 36,8%), seguindo-se a angolana, com 31 556 indivíduos (5,8%). A comunidade cabo-verdiana era a terceira mais representada em Portugal, com 27 144 (5,0%), surgindo os nacionais do Reino Unido com 24 609 (4,5%).

Figura 5. População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 -2021, (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Realça-se ainda o forte crescimento ocorrido em algumas comunidades estrangeiras, nomeadamente os nacionais do Nepal (de 959 indivíduos em 2011 para 13 224 em 2021) e do Blangladesh (de 853 indivíduos em 2011 para 9 150 em 2021).

População portuguesa que já residiu no estrangeiro

De acordo com os Censos 2021, o número de portugueses que já residiram no estrangeiro e que regressaram a Portugal, era de 1 608 094 pessoas.

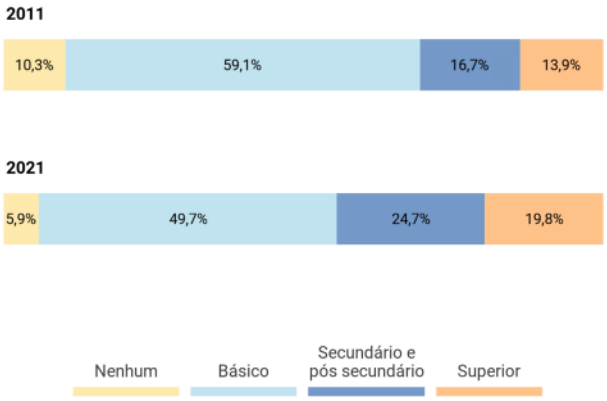
Em termos territoriais, é no interior das regiões Norte e Centro e na Região Autónoma da Madeira que os portugueses que já residiram no estrangeiro estão mais representados.

Os países de proveniência mais representativos são França (23,2%), Angola (14,0%), Suíça (8,1%), Brasil (7,2%), Moçambique (6,5%) e Alemanha (6,3%).

Na última década assistiu-se ao reforço do nível de escolaridade na população residente em Portugal.

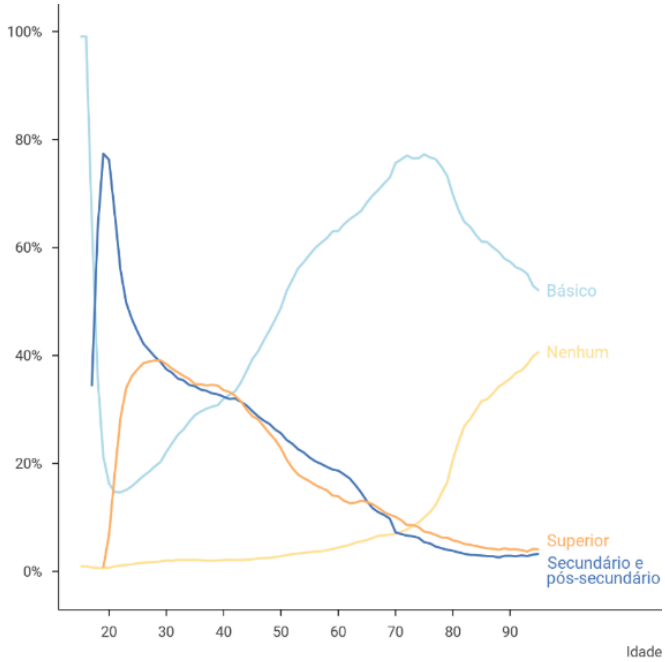
Na última década, o nível de escolaridade da população aumentou de forma significativa, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós-secundário. Os Censos 2021 revelam que a população com ensino superior é de 1 782 888 indivíduos, representando 19,8% da população com 15 ou mais anos (13,9% em 2011). A população com ensino secundário e pós secundário progrediu de 16,7% para 24,7%.

Figura 6. População residente por nível de ensino completo, 2011 -2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Figura 7. População residente por nível de ensino completo e idade, 2021

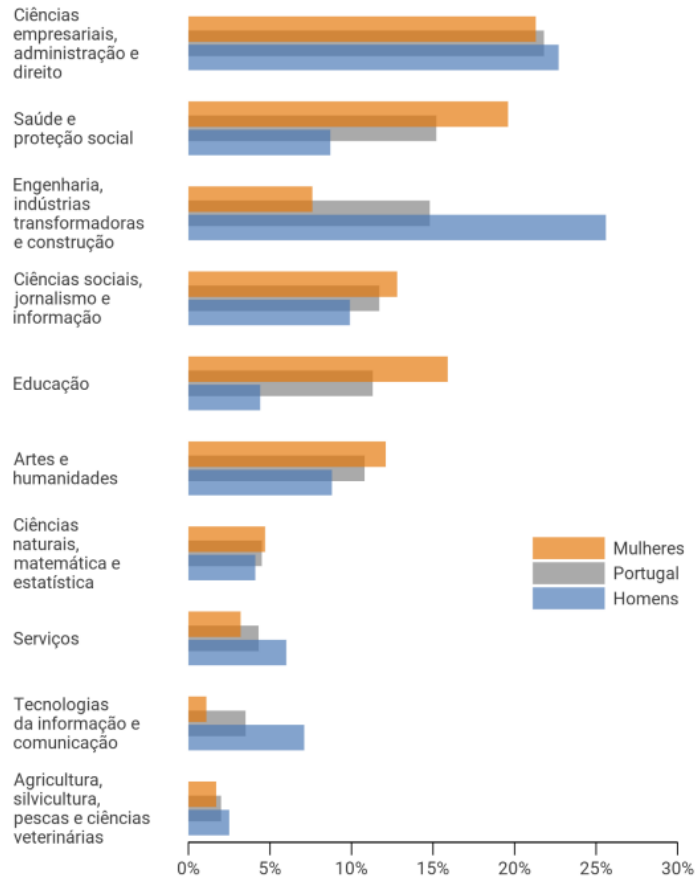


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

"Ciências empresariais, administração e direito" área de estudo preferencial no ensino superior

Os Censos 2021 evidenciam que as áreas de estudo preferenciais no ensino superior eram: "Ciências empresariais, administração e direito" (21,8%) e "Saúde e proteção social" (15,2%). Em contrapartida, a área de estudo "Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias", foi a menos frequentada, representando apenas 2% da população com ensino superior.

Figura 8. População com ensino superior por área de estudo e sexo, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A análise por sexo, permite concluir que os homens optaram predominantemente pelas áreas das "Tecnologias da informação e comunicação (TICs)" (80,5%) e da "Engenharia, indústrias transformadoras e construção" (68,3%). No caso das mulheres, a preferência foi para as áreas da "Educação" e da "Saúde e proteção social", com uma proporção de 84,4% e 77,2%, respetivamente.

As áreas de estudo *STEM - Science, Technology, Engineering and Mathematics* têm um peso de 22,8%, sendo superior nos homens (36,9%) comparativamente às mulheres (13,4%).

A taxa de analfabetismo em 2021 era de 3,1%

Em 2021, 292 809 indivíduos com 10 ou mais anos não sabiam ler nem escrever, o que corresponde a uma taxa de analfabetismo de 3,1%. Um decréscimo de 2,1 p.p. relativamente a 2011, em que a taxa era de 5,2%.

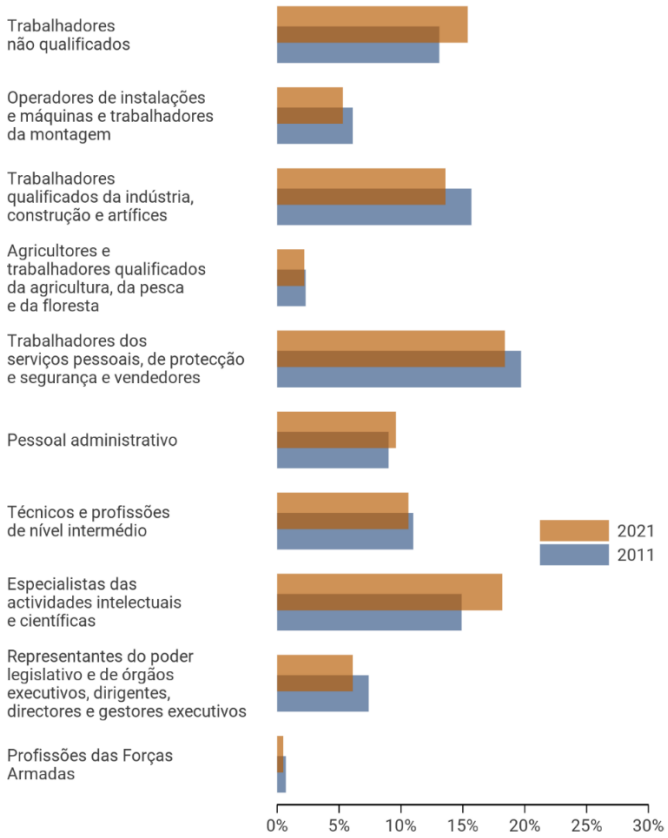
Regionalmente, o decréscimo da taxa de analfabetismo foi transversal a todas as NUTS II. No entanto, o Alentejo manteve-se como a região com o valor mais elevado (5,4%) e a Área Metropolitana de Lisboa a região onde a taxa de analfabetismo tem menor expressão (2,0%).

Na última década o grupo profissional "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" reforçou a sua importância relativa

Na última década, as profissões que mais cresceram pertencem aos "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" (3.3 p.p.). Em contrapartida, o maior decréscimo observou-se no grupo dos "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" (-2.1 p.p.).

Deste modo, em 2021, os "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores" (18,4%) e os "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" (18,2%), eram os grupos com maior representatividade na população empregada.

Figura 9. População empregada por profissão (1 dígito), 2011-2021 (%)



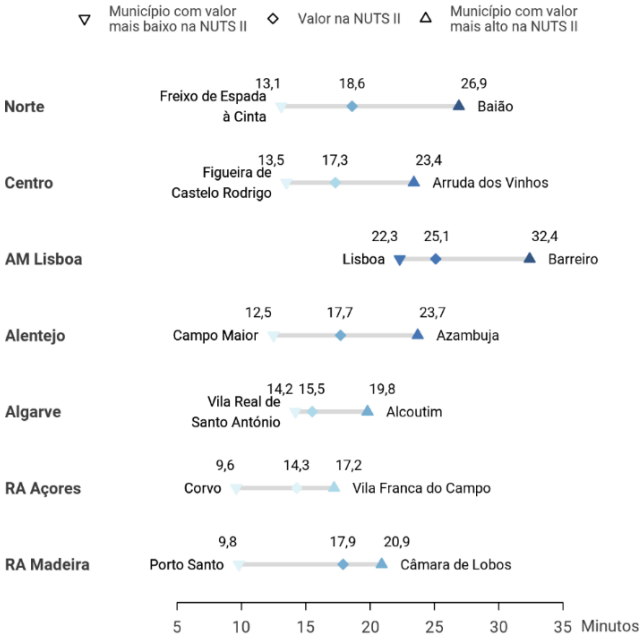
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A população que se deslocava diariamente por motivos de trabalho ou estudo demorava em média 19,9 minutos

Em 2021, a duração média diária das deslocações para o local de trabalho ou estudo era de 19,9 minutos, valor idêntico ao registado em 2011 (20,0 min).

Por NUTS II, observa-se que é na Área Metropolitana de Lisboa que os residentes demoram mais tempo nas suas deslocações (25,1 minutos). Na Região Autónoma dos Açores, o percurso de casa-local de trabalho ou casa-local de estudo realiza-se em 14,3 minutos, sendo por isso a região onde a duração média é mais baixa.

Figura 10. Duração média dos movimentos pendulares, NUTS II, 2021

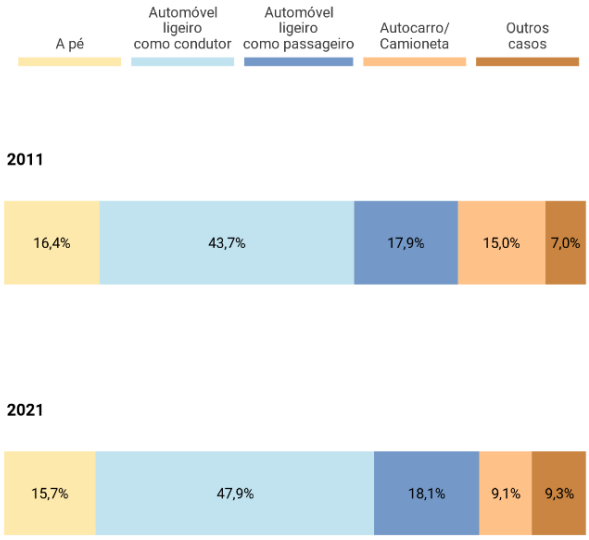


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

O automóvel é o meio de transporte preferencial utilizado nas deslocações para o local de trabalho ou estudo

Para a população que diariamente se desloca por motivos de trabalho ou estudo, o automóvel ligeiro (como condutor ou passageiro) é o meio de transporte preferencial. Segundo os Censos 2021, 47,9% dos residentes deslocou-se em automóvel ligeiro como condutor e 18,1% em automóvel ligeiro como passageiro, valores acima dos verificados em 2011 (43,7% e 17,9%, respetivamente).

Figura 11. Meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares, 2011-2021 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

AGREGADOS E NÚCLEOS FAMILIARES

Na última década, a dimensão média dos agregados domésticos diminuiu e aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas

Em 2021, a dimensão média dos agregados domésticos privados era de 2,5 pessoas, valor que reduziu em 0,1 face ao valor de 2011.

Os agregados domésticos privados constituídos por uma pessoa reforçaram o seu peso, passando a representar 24,8% do total. Em contrapartida, os agregados de maior dimensão tem vindo a perder expressão, com os agregados com 4 pessoas a representarem 14,7% e os com 5 ou mais pessoas, 5,6% (16,6% e 6,5% em 2011 respetivamente).

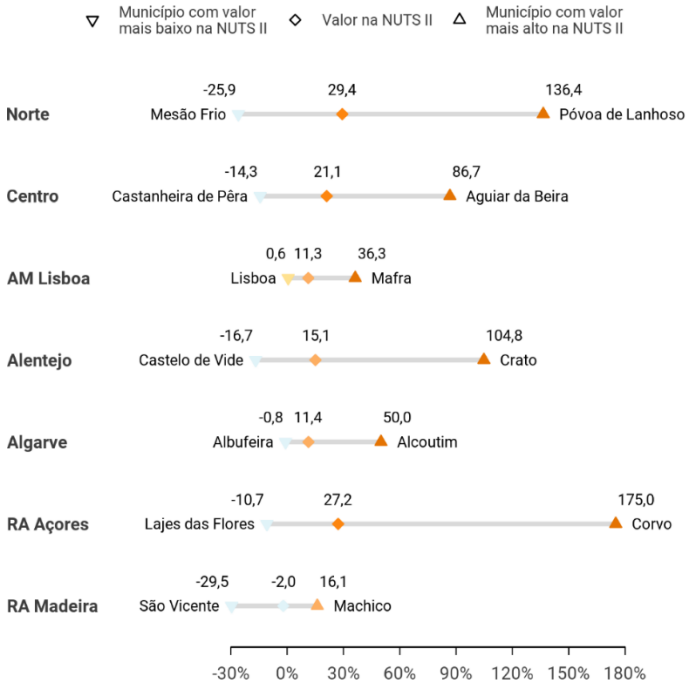
Aumentou o número de núcleos familiares monoparentais, na última década

Em 2021, foram recenseados 579 971 núcleos familiares monoparentais, o que representa 18,5% do total nacional de núcleos familiares, mais 3,6 p.p. do que 2011. Os núcleos monoparentais constituídos por mãe com filhos predominam, 496 342 (85,6%), face ao número de núcleos de pai com filhos, 83 629 (14,4%).

Mais núcleos familiares de casais reconstituídos

Em 2021, o número de núcleos familiares de casais reconstituídos (núcleos em que existe pelo menos um filho não comum ao casal) era de 124 717, representando 8,8% do total dos núcleos familiares de casais com filhos. Esta tipologia de organização familiar reforçou a sua importância em 2,3 p.p. relativamente a 2011.

Figura 12. **Variação de núcleos familiares reconstituídos, NUTS II, 2011 – 2021 (%)**



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

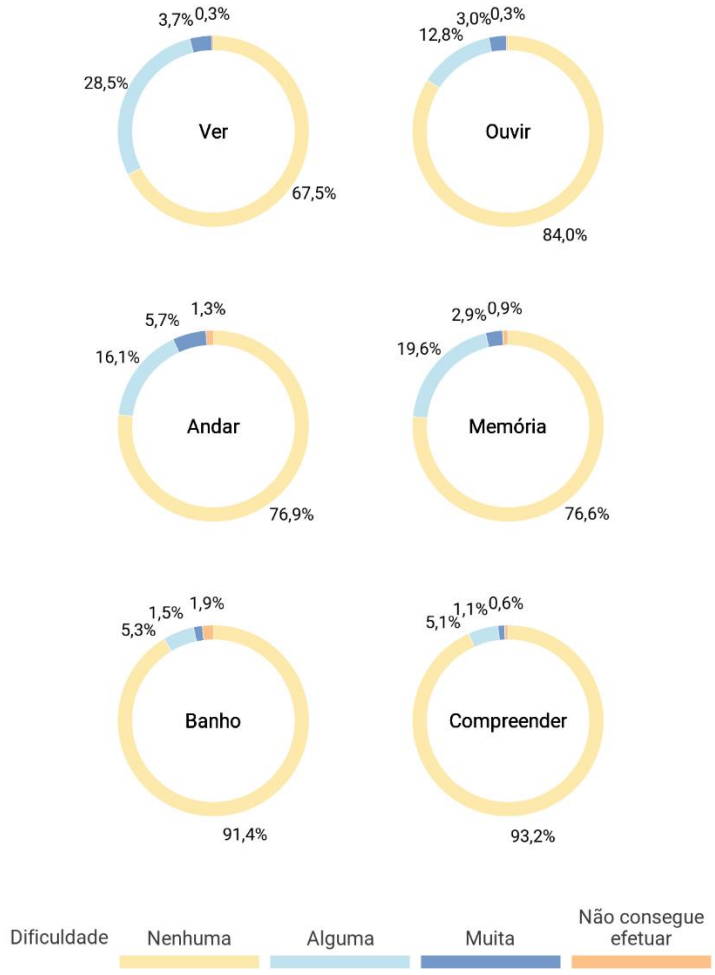
A maioria da população não sente dificuldade em realizar as atividades diárias

Segundo os Censos 2021, a maioria das pessoas com 15 ou mais anos que respondeu às questões facultativas relativas às dificuldades sentidas na realização das atividades diárias, declarou não ter qualquer dificuldade (a taxa de resposta às questões das dificuldades foi de 97%).

Para a população com 15 ou mais anos que declarou ter alguma dificuldade, a principal limitação é ao nível da visão, com 28,5% a responder ter alguma dificuldade, 3,7% muita dificuldade e 0,3% não consegue ver.

Seguem-se as dificuldades ao nível da memória e do andar, com 23,4% e 23,1% respetivamente, da população com 15 ou mais anos a identificar dificuldades na realização dessas atividades.

Figura 13. População com 15 ou mais anos, por tipo e grau de dificuldade, por idade (%), 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Habitação

Portugal registou um crescimento do número de edifícios e de alojamentos destinados à habitação, embora num ritmo bastante inferior ao verificado em décadas anteriores

De acordo com os Resultados dos Censos 2021, o número de edifícios destinados à habitação é de 3 573 416 e o de alojamentos de 5 981 482, valores que, face a 2011, representam um aumento de 0,8% e 1,7%, respetivamente. O crescimento do parque habitacional entre 2011 e 2021 é significativamente inferior ao verificado na década anterior, quando os valores se situavam na ordem dos 12% para edifícios e os 16% para alojamentos.

Na última década reforçou-se ligeiramente o peso da primeira habitação em detrimento das residências secundárias

Em 2021, 69,4% dos alojamentos são destinados à primeira habitação, tendo este valor registado um acréscimo de 1,3 p.p. em relação a 2011. As residências secundárias perderam importância relativa em 0,8 p.p. e a proporção de alojamentos vagos decresceu 0,4 p.p.

A nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa é a região com a maior percentagem de alojamentos de residência habitual (79,6%). A região do Algarve, com 38,6%, destaca-se como a região com maior peso das residências secundárias. No que respeita aos alojamentos vagos, a região do Alentejo regista a maior percentagem (16,5%), em oposição à região Norte do país, a qual tinha o menor peso relativo dos alojamentos vagos (10,3%).

O número de alojamentos arrendados aumentou 16% nos últimos 10 anos

Embora a grande maioria dos alojamentos de residência habitual seja ocupada pelo proprietário (70,0%), os alojamentos ocupados em regime de arrendamento viram a sua importância reforçada em 2,4 p.p. face a 2011 e passaram a representar 22,3% do total alojamentos ocupados. Por NUTS II, o Centro apresenta a maior percentagem de alojamentos ocupados pelo proprietário (77,3%), a par da proporção de alojamentos

arrendados mais baixa (15,8%). Por sua vez, a Área Metropolitana de Lisboa destaca-se por ser o território onde o regime de arrendamento tem maior expressão, com 29,2% dos alojamentos ocupados por arrendatários.

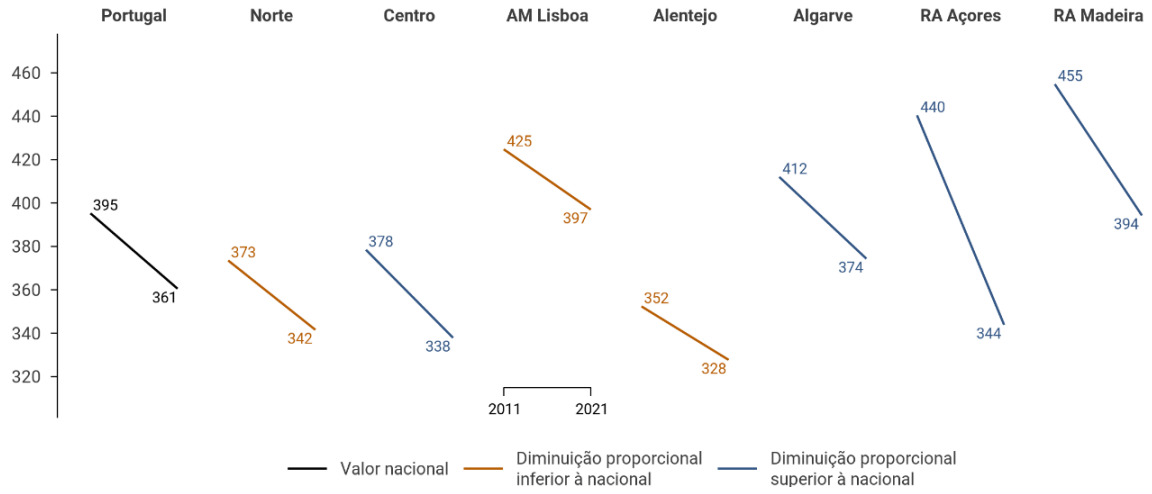
A maioria dos proprietários não tem encargos financeiros relacionados com a aquisição da habitação

Relativamente aos alojamentos ocupados pelos proprietários, a maioria (61,6%) não suportava encargos referentes à aquisição da habitação. Nos 38,4% alojamentos com encargos de compra, o valor médio mensal dos encargos era de 360,5 euros, um valor que decresceu, comparativamente a 2011.

Regionalmente, é na Área Metropolitana de Lisboa que os custos médios suportados pelos proprietários, com a aquisição da habitação são mais elevados (397 euros). Seguem-se a Região Autónoma da Madeira (394 euros) e o Algarve (374 euros). As restantes regiões apresentam valores médios abaixo da média nacional, salientando-se o Alentejo, que apresenta o valor mais baixo (328 euros).

O decréscimo dos encargos com aquisição de casa própria verificou-se em todas as regiões, com especial incidência na Região Autónoma dos Açores (o decréscimo do valor médio mensal dos encargos foi de 21,9%) e na Região Autónoma da Madeira.

Figura 14. Encargos médios por compra de habitação, NUTS II, 2011 - 2021 (€)



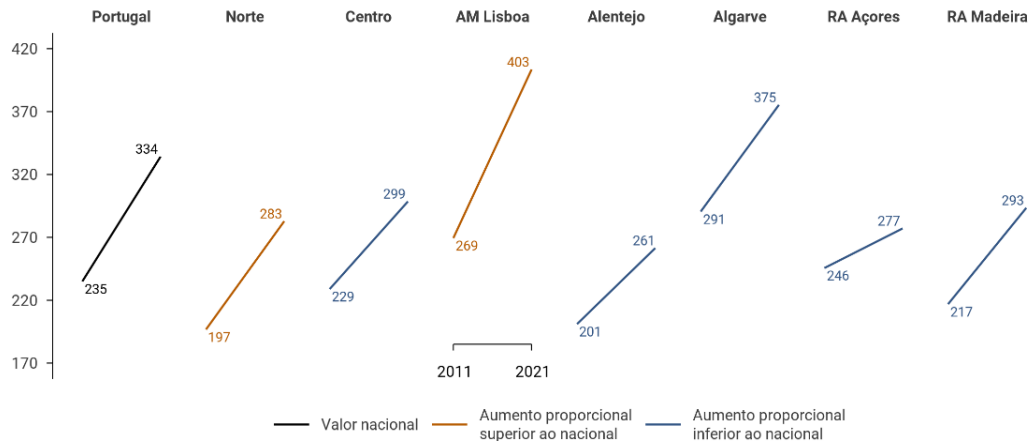
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Aumento do valor médio mensal da renda na última década

No que diz respeito aos alojamentos arrendados, o valor médio mensal da renda era em 2021, de 334 euros, o que representa um acréscimo de 42,1% face ao valor registado em 2011 (235 euros). Este aumento do valor médio mensal da renda verificou-se em todas as NUTS II.

É na Área Metropolitana de Lisboa que o valor das rendas de casa é mais elevado (valor médio mensal de 403 euros). Refira-se ainda, que é no Alentejo que o custo com o arrendamento das casas é mais baixo, com um valor médio de 261 euros de renda mensal.

Figura 15. Valor médio mensal das rendas, NUTS II, 2011 - 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, a maioria dos edifícios em Portugal não necessitava de reparações

De acordo com os Censos 2021, 64,5% dos edifícios destinados à habitação não necessitavam de reparações. Dos edifícios que necessitavam de reparações, em 21,8% eram ligeiras, 9,4% médias e 4,6% profundas.

Em termos de NUTS II não se verificavam grandes discrepâncias. A região do Algarve é a que apresenta maior percentagem de edifícios sem necessidade de reparações (70,7%). O parque habitacional com estado de conservação menos favorável é o da Região Autónoma da Madeira, com 43,0% dos edifícios a necessitarem de alguma intervenção.

NOTA METODOLÓGICA

Os Censos 2021 dão continuidade à mais longa e consistente série estatística nacional sobre a população e a habitação e foram realizados através de um inquérito exaustivo junto de toda a população com recurso a um processo de recolha de informação predominantemente digital.

No período de realização dos Censos 2021, Portugal esteve sujeito a restrições de medidas de saúde pública devido à pandemia COVID-19, com impacto significativo na preparação da operação censitária e na atividade geral do INE. Neste contexto epidemiológico e após uma rigorosa análise e avaliação da viabilidade da sua realização por parte do INE, foi definido um Plano de Contingência de modo a garantir a qualidade da execução dos censos e a acautelar os riscos para a população e para a estrutura de recolha de dados.

Neste contexto, o sucesso desta operação censitária é inseparável do elevadíssimo nível de colaboração por parte dos cidadãos, que aderiram de forma expressiva à resposta pela internet, através do eCensos, que registou 87,5% do total de respostas. Este resultado ascende a 99,3% se adicionarmos as respostas que foram apoiadas pelos recenseadores ou remetidas através dos eBalcões localizados nas Juntas de Freguesia. A resposta através de questionários em papel ou da linha de apoio telefónica foram residuais, totalizando apenas 0,7% das respostas.

No âmbito da Política de Confidencialidade Estatística, o INE, I.P. incorpora no seu processo de produção estatística um conjunto de práticas e métodos, no sentido de assegurar a proteção dos dados que recolhe, trata e divulga. O seu objetivo é o de proteger a confidencialidade dos dados e consistem na aplicação de métodos estatísticos que minimizam o risco de identificação dos indivíduos e na adoção de medidas técnicas e organizativas que garantem a segurança da informação em todas as fases do processo estatístico (desde a recolha até à difusão de dados).

Nos Censos 2021, com o propósito de salvaguardar a privacidade dos indivíduos e de garantir que a sua identidade e características não são obtidas a partir dos dados divulgados, foi aplicado um método estatístico de controlo da divulgação dos dados ou comummente conhecido por tratamento de segredo estatístico, designado “Targeted Record Swapping”. Este método baseia-se, num primeiro momento, na referenciação dos indivíduos que possam ser mais facilmente identificados, por apresentarem determinadas características incomuns na respetiva unidade territorial. Num segundo momento, a sua identificação é protegida pela permuta com outros indivíduos com características base idênticas, localizados noutro alojamento e numa unidade territorial próxima. Assinale-se que a aplicação deste método garante que o total da população residente e as suas principais características, permanecem inalteradas para os diferentes níveis geográficos. Ainda assim, pode conduzir a ajustamentos de pormenor no “retrato populacional”, mas que não têm impacto estatístico significativo nos resultados disponibilizados por esta operação estatística, mantendo a sua integridade e consistência.

O “Targeted Record Swapping” foi indicado como uma boa prática a nível internacional, e recomendado especificamente como um método de tratamento de segredo estatístico adequado e robusto aos dados dos Censos no âmbito do Sistema Estatístico Europeu.

Informação metodológica detalhada disponível em www.ine.pt, opção Produtos, Sistema de Metainformação.